





Reunião Ordinária- ATA Nº 09/2025

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 09h45min, nas dependências do Centro Municipal dos Conselhos de Direito e Políticas Públicas de Viana reuniu-se, em caráter ordinário, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Viana. Estiveram presentes: Jorge Luiz Davel (SEMED), Vera Carla A. Cardoso (SEMTAS) Thamyres Possmoser Lutke (ADRA), Marlene L. Gama Silva (GRUPO CARINHOSO), Vivian Rita C. Vitória (SEMSA), Alessandro Menegheti (SEMJEL), Selma Rodrigues D.Rocha (ASSAPV). Ouvintes: Luzinete Deolindo (SEMTAS), Roberta (ADRA) e Antônio Raimundo da Siova (DORCAS). A reunião foi aberta pela Presidente, Sra Marlene, saudando a todos. Foram discutidos os seguintes pontos de pauta: 1- Leitura da Ata anterior; 2- Visita da ILPI Família Feliz; 3- Informes Dr Luzinete sobre o Fórum; 4- Calendário 2026 e 5- Informes Gerais. Vera deu início com o com a leitura da ata anterior sendo lida e aprovada. Seguindo com o relato de que foi realizada a visita ao antigo espaço da instituição Família Feliz, numa segunda-feira, e o local estava fechado. Embora parecesse haver alguém morando lá, não havia funcionamento institucional nem presença de idosos. O espaço estava fechado com madeiras, dificultando a visualização interna, mas foi possível perceber materiais de construção parados e roupas estendidas, além de dois cachorros que pertenciam à antiga coordenadora. A vizinhança informou que os idosos foram embora e que apenas um rapaz aparece ocasionalmente no local, sem fornecer mais detalhes. Tentou-se contato com a antiga responsável e seu marido, mas não houve retorno, apesar de mensagens e ligações. A equipe também verificou rumores sobre o local ter virado padaria, mas o espaço permanece igual, sem indícios de nova atividade regular. A Kombi da instituição continua parada dentro do imóvel. Foram apresentados ao conselho os ARs e ofícios enviados anteriormente, quando se buscava esclarecimentos sobre os pertences dos idosos que, ao serem transferidos para outra ILPI, não levaram nada consigo — o que gerou dúvidas, já que 30% do benefício dos idosos deve ser destinado a eles, conforme resolução do conselho. A instituição havia sido notificada para prestar contas sobre esses valores e sobre os recursos municipais, mas nunca respondeu. Todo o material será digitalizado para registro. Foi lembrado que a Resolução 07/2023 prevê cancelamento do registro de entidades que interrompam atividades por mais de seis meses sem comunicação adequada. A instituição comunicou apenas uma suspensão de um ano em setembro de 2024, porém já ultrapassou os prazos legais e não apresentou justificativas, plano de retomada ou prestação de contas. A instituição, comunicou apenas que fecharia para reforma, sem indicar prazo nem informar o destino dos idosos. Por isso, a Secretaria de Assistência respondeu ao ofício solicitando esclarecimentos e informou ao Conselho que os idosos foram devolvidos, o que levou à necessidade de uma nova parceria com a ADRA. O Conselho tomou conhecimento porque a Secretaria levou as informações e realizou visita ao local onde os idosos foram acolhidos. A instituição, entretanto, não prestou contas, não atende às tentativas de contato da Prefeitura ou do Conselho e não fornece retorno há mais de

um ano, demonstrando descaso. Diante disso, discute-se a necessidade de encaminhamento ao Ministério Público, com base nas notificações já realizadas na esfera administrativa, para que o Conselho demonstre que esgotou as tentativas de resolução antes de judicializar. O colegiado delibera pelo cancelamento da inscrição da instituição conforme a Resolução 06/2023, art. 21, além de comunicar o Conselho Estadual. Há também preocupação sobre o imóvel onde funcionava a LPI, pois o espaço teria sido doado pelo Estado com a condição de uso exclusivo para esse tipo de serviço. Os documentos antigos ainda precisam ser localizados, possivelmente com apoio do Conselho Estadual. **Foi discutida a necessidade de o Conselho enviar um ofício ao setor responsável pelo IPTU da Prefeitura para verificar a situação cadastral do imóvel onde funcionava a Família Feliz, já que existe dúvida sobre o registro, origem e forma de doação do terreno,** cuja informação inicial foi trazida pela Marta, durante inspeção realizada pelo Conselho Estadual anos atrás. O Conselho deliberou que a primeira medida será o **cancelamento da inscrição** da instituição. Após isso, deverão ser enviados: um ofício ao Ministério Público, um ao Conselho Estadual e outro ao setor de IPTU para esclarecimento sobre a situação do imóvel. Também será informado à Marta, que hoje integra o Conselho de Direitos Humanos, pois ela pode auxiliar com informações históricas. Espera-se que o caso gere diversos desdobramentos, incluindo a possível convocação para apresentação do caso no Conselho Estadual. Foi discutido que o Conselho precisa elaborar manuais e estratégias conjuntas para o próximo ano, incluindo reflexões sobre situações que podem ocorrer nas ILPIs, como acolhimento de casais idosos. A situação reforça a necessidade de planejamento e discussão conjunta sobre direitos e acolhimento adequado. Foi também recordado que, em reunião, a própria dona Mariazinha destacou que os idosos eram moradores de Viana e não poderiam ser enviados para outro município. O secretário explicou que, caso não encontrasse vaga ou uma casa dentro das normas, teria que recorrer a alternativas emergenciais, ainda que fora do modelo ideal, e pediu apoio do Conselho. A conversa reforça que a Secretaria não omitiu informações — o tema foi trazido ao Conselho assim que foi formalizado — e que a preocupação sempre esteve centrada na proteção dos idosos que ficariam sem acolhimento. Antes de encaminhar oficialmente qualquer documento, propôs-se realizar uma análise detalhada de toda a documentação disponível e buscar orientação junto ao Conselho Estadual, envolvendo pessoas com experiência, como dona Marta, para garantir que o processo seja conduzido corretamente e de forma segura. Dr Luzinete esclareceu sobre o Fórum, tratando da participação do município de Viana em fóruns regionais, que envolvem sete municípios. Constatou-se que Viana não estava participando efetivamente das reuniões anteriores, e que havia atrasos na realização de eleições e na definição dos representantes. Para corrigir isso, ficou definido que a eleição da nova diretoria do fórum será realizada no dia 10 de dezembro, com participação de representantes e idosos de cada município. Viana terá a oportunidade de ocupar a presidência do fórum, aproveitando seu momento de crescimento na política local, e a alternância das reuniões será organizada de forma periódica, garantindo maior participação e articulação entre os municípios. Também foi discutida a logística de transporte e organização para garantir a presença de dez pessoas do município durante a eleição. O

grupo discutiu a organização de um fórum voltado aos idosos, que ocorrerá em Viana em março do ano seguinte, envolvendo sete municípios. A ideia é tornar o evento atrativo e festivo, incentivando a participação dos idosos, com pautas que serão levadas posteriormente para discussão com prefeitos e o Estado. Foi definido que, no dia 10, serão necessários 10 representantes de cada município para participar da votação. A importância do fórum é para valorizar os idosos e criar vínculos com eles, citados exemplos de experiências anteriores bem-sucedidas em outros eventos similares. Para encerrar a reunião, Vanessa Apresentou o calendário de reuniões para o próximo ano que foi aprovado e será publicado em diário oficial. Nada mais havendo a tratar, Eu, Vanessa Bueno, Coordenadora Técnica do Centro Municipal dos Conselhos de Direito e Políticas Públicas de Viana, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Marlene Lopes Gama Silva

Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Viana -ES 2025-2027

Vanessa Bueno

Coordenadora Técnica do Centro Municipal dos Conselhos de Direito e Políticas Públicas de Viana

COMDDIPIVIConselho Municipal de Defesa dos Direitos
da Pessoa Idosa de Viana**LISTA DE PRESENÇA DE REUNIÃO**

Data: 28 de novembro	Hora: 09:30	Local: Casa dos Conselhos- Viana
----------------------	-------------	-------------------------------------

Conselheiro	Representatividade	Assinatura
Titular: Vera Carla Alves Cardoso	SEMTAS	
Suplente: Yandra de Oliveira Sá	SEMTAS	
Titular: Vivian Rita Cardoso Vitório	SEMSA	
Suplente: Lilie Luciane Rohr	SEMSA	
Titular: Maria Aparecida de Souza	SEMED	
Suplente: Jorge Luiz Davel	SEMED	
Titular: Alessandro Menegheti	SEMJEL	
Suplente: Willian Marcelo A.D'Oliveira	SEMJEL	
Titular: Edna Batista Lyra de Oliveira	ASSAPV	
Suplente: Selma Rodrigues D. Rocha	ASSAPV	
Titular: Maria da Penha Lourenço	FEMOPOVI	
Suplente: Silvana Arruda da Silva	FEMOPOVI	
Titular: Marlene Lopes Gama Silva	GRUPO CARINHOSO	
Suplente: Solange Maria R. Magnativa	GRUPO CARINHOSO	
Titular: Thamyres Possomoser Lutke	ADRA	
Suplente: Julienne Candida de Melo	ADRA	

SEMTAS

COMDDIPIVI

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos
da Pessoa Idosa de Viana



Ouvintes	Representatividade	Assinatura
Rolista	Adela	Rolista K G Pereira
António Pimenta	ASS. Beneficente (DORR)	RAIMUNDO


Marlene Lopes Gama Silva

Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa
Idosa de Viana - COMDDIPIVI